

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO NO SERVIÇO-ESCOLA DA UNIVERSIDADE: PSICANÁLISE EM EXTENSÃO?

ROSEANE FREITAS NICOLAU

WÂNIA SUELY SANTOS DA SILVA

Os analistas que se ocupam do ensino da psicanálise nas universidades não cansam de insistir, em seus trabalhos, que a formação do analista não é acadêmica, conforme verificado nos escritos como os de: Vidal (2003) Penna (2003), Escars (2006), Lo Bianco (2006), Araújo (2009). Insistência válida, pois nisso reside a singularidade da prática analítica, frente ao conjunto das psicoterapias. O fundamento do que os autores reafirmam encontra-se no que Freud tratou em textos como “Sobre o ensino da psicanálise na universidade” (1919/1996) e “A questão da análise leiga” (1926/2017d).

É fato que a psicanálise está consolidada na universidade, sobretudo, através da graduação do psicólogo clínico. O crescimento se deu nos cursos de Psicologia de maneira tão intensa que, a partir da década de 1980, a psicanálise passou a ser introduzida nos cursos de pós-graduação, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. No trabalho ora exposto, é sobre o estágio, mais precisamente a supervisão em clínica no curso de graduação que iremos tratar.

Investigaremos por meio do serviço-escola o dispositivo da transferência como o que marca a singularidade da prática analítica. Reconhecemos esse trabalho com características diferenciadas do consultório particular, configurando uma prática extensiva da psicanálise, nesse caso, aplicada à instituição universitária. Lacan (1967/2003), preocupado com a formação do analista e suas garantias na Escola, propõe a diferenciação entre psicanálise em extensão e intensão, o que discutiremos mais adiante, tomando a transferência como dispositivo que pode ser mantido na clínica institucional.

O serviço-escola do curso de psicologia visa promover estágios que contemplem as várias abordagens psicoterapêuticas. Apresenta um funcionamento no sentido de oferecer serviços com finalidades bem definidas quanto ao alívio do sofrimento daqueles que procuram o atendimento: uma população, eminentemente, caracterizada como de baixa renda. Situar a psicanálise nesse funcionamento, garantindo seus fundamentos clínico-conceituais, passou a ser um grande desafio, convocando diversos questionamentos ao longo desses anos de supervisão de estágio, principalmente por ocorrer em uma instituição acadêmica, como parte do curso de graduação em psicologia.

Podemos circunscrever e relatar uma experiência dessa prática de supervisão bem exemplar dos nossos incômodos em relação a como situar os dispositivos da clínica psicanalítica diante das normas institucionais. Uma situação relevante aqui diz respeito ao atendimento de um paciente que teve desdobramento inesperado ao ser comunicado que o estagiário iria se formar. Esse fator do término do atendimento, constantemente, aparecia como um incômodo na nossa prática de supervisão, sobretudo, considerando o peso do dispositivo da transferência, que é campo próprio da experiência psicanalítica.

Antes de seguir com o relato, é necessário delimitar o conceito de transferência. Todo trabalho psicanalítico só será possível por meio desse dispositivo, que se trata da repetição, na atualidade, de modelos de relações infantis. É assim, a inclusão do analista na série psíquica do paciente (Freud, 1912/2017b). Em “Lembrar, Repetir e Perlaborar” Freud (1914/2017c) constata, a impossibilidade de tudo recordarmos, por conta da forte incidência do recalque e da resistência. É no ponto do esquecimento que situa a repetição. O que não é possível de ser lembrado se repete, através da transferência.

É este dispositivo que permite ao sujeito se enlaçar no trabalho, pois é seu motor. Passa a ser o que guiará o analista na condução do tratamento. Este, por sua vez, se torna alvo de antigas reedições que se atualizam em sua figura. Freud (1912/2017b) diz que a transferência é um fragmento da repetição. Destacamos o termo fragmento, porque com ele fica mais claro que na transferência não se trata apenas da repetição de um passado esquecido para a figura do analista, mas para a situação atual. Como diz Lacan (1964/1998) a transferência é a colocação do inconsciente em ato, por meio da dimensão amorosa.

Em “A Dinâmica da transferência” Freud (1912/2017b) afirma que a transferência é necessariamente ocasionada durante o trabalho. Informa, com isso, que no tratamento estão as condições para que ela ocorra, não a fazendo depender da vontade do analista, tampouco, de seu esforço. É, ainda, nesse texto, que Freud mostra que o componente amigável, nela presente, torna-se um poderoso instrumento de sucesso em um tratamento. Não faz isso sem deixar de alertar que se fosse este o único elemento a ser levado em conta, uma análise não passaria de mera sugestão.

Há um pedido de amor endereçado ao analista. Por princípio, a transferência é sustentada pelo amor a quem se supõe saber. O analista longe de atender a esse pedido, também não o recusa, o acolhe. É o que se conhece como manejo da transferência. Dito de outro modo, é tê-la nas mãos. Um analista bem situado, quer dizer, bem situado na

transferência, opera a partir do enquadre nela constituído, porém não atende aos apelos a ele dirigidos, pois sabe que não se trata de sua figura. O rigor localizado na regra da atenção flutuante, desde Freud (1912/2017^a), mostra o quão necessário é o analista não estar marcado por seus interesses pessoais, quer sejam teóricos, curativos, ou algo semelhante.

Em “Recomendações aos médicos que exercem psicanálise” (1912/2017a) Freud, a fim de situar a problemática da transferência, adverte quanto aos prejuízos da ambição terapêutica. Essa advertência é pinçada como ponto de partida por indicar, de saída, uma especificidade no lugar que o analista deve ocupar na condução do tratamento e com isso abre a questão seguinte: onde deve estar o analista em relação à transferência para que seja possível abrir mão, por exemplo, da ambição terapêutica?

É com a incidência da questão acima que, retomamos o exemplo assinalado, inicialmente. Como dissemos, o estagiário comunicou ao paciente que iria se formar e por esse motivo teria que interromper seu atendimento. Apresentou a possibilidade dele permanecer em atendimento no NPA (Núcleo de Psicologia Aplicada), com outro estagiário, possibilidade acatada pelo paciente naquele momento, tendo sido advertido que ainda teriam mais três sessões antes da interrupção. Chamaremos aqui o condutor do tratamento de estagiário e o usuário do serviço-escola, de paciente.

Na sessão seguinte, o paciente disse que ele teria só mais duas sessões para “ficar bom”, o estagiário interrogou a afirmativa e teve como resposta: “para terminar os atendimentos e eu poder receber alta”. Diante dessa fala, o estagiário nada respondeu, escutou e trouxe para supervisão. O que chama atenção além do “ficar bom” foi o fato dele ter ignorado o que havia sido dito, anteriormente, quanto à continuidade do tratamento com outro estagiário. Por outro lado, quem estava conduzindo, naquele momento, não o interrogou quanto à isso, preferiu levar para supervisão, um dado, igualmente digno de nota, pois não foi motivado à recondução para o sentido, e sim para a escuta do que foi dito.

Na sessão seguinte, o paciente diz que só falta mais uma sessão para o atendimento ser encerrado, e diante do silêncio do estagiário, que agiu guiado por sua análise pessoal e pelo que a supervisão o mostrou, ou melhor, de que ali havia rastros da transferência e, por esse motivo, deveria continuar em silêncio e não intervir, aguardou a próxima sessão. Esta aconteceu na semana seguinte: o paciente chegou dizendo que aquela era o último

dia que ele estava indo ali, e que já se sentia bem melhor, agradeceu ao estagiário, que enfim, acatou que os atendimentos, naquele enquadre, havia terminado.

Podemos afirmar que essa situação dá “pano para as mangas”. Iremos situá-la em alguns aspectos, tendo em vista a especificidade do trabalho feito naquele local. Com o rigor do conceito da transferência, sabíamos que não tinha havido melhora em relação à sintomática. Por parte do estagiário, não houve a precipitação na recondução ao sentido. A escuta o levou - com auxílio do que vive na própria pele, em sua análise - a se submeter ao trabalho da supervisão e a acatar o dito do paciente. Pensamos na especificidade de uma escuta que se coloca acima das normas institucionais de um serviço-escola da universidade, sem contudo, desacatá-las.

Diante das questões que foram delineadas encontramos uma via possível de condução que, se por um lado não inviabiliza o trabalho ambulatorial na clínica-escola, por outro, deve encontrar uma saída sustentada tanto no rigor dos fundamentos psicanalíticos, quanto no interior da dinâmica acadêmica, ou melhor, sem negá-la ou desconsiderá-la, em termos institucionais.

Consideramos assim para o trabalho: a associação livre, em que se convoca o sujeito a falar livremente, sem críticas ou restrições e a atenção flutuante, em que se escuta as redes significantes e seus agenciamentos, igualmente isento de críticas, intenções ou sentidos pré-determinados. Isto só é possível através da transferência. Este é o critério para assinalarmos um trabalho no serviço-escola como psicanálise em extensão, levando em conta a preservação dos fundamentos de sua prática.

Desse modo, o caminho que vislumbramos tem como ponto de ancoragem a assertiva que entende o trabalho na clínica-escola com características diferenciadas do consultório particular, o que levaria a ser uma prática da psicanálise em extensão. No texto da “Proposição de 9 de outubro de 1967” Lacan (1967/2003) trata desse assunto de forma intensa. Nele, o autor está preocupado com as funções do analista na Escola, e propõe a diferenciação entre o que nomeou de psicanálise em extensão e intensão.

O autor diz que a psicanálise tomada em intensão, advinda da experiência de cada um, é o que deve ser o cerne da experiência do campo quando colocada em extensão (p.8,9). Nesse caso, a psicanálise em extensão é tudo que se refere a Escola como presentificadora da psicanálise no mundo. Assim, deve ser encontrada nos fundamentos do que ocorre na prática em intensão, que diz respeito a experiência de análise.

Nessa direção, autores como Pacelli (2011) chamam de prática ampliada quando a psicanálise se estende para além do consultório particular, visando ampliação social de sua ação. A ideia de uma clínica ampliada foi extraída de Campos (2003) que em seu artigo paradigmático “A Clínica do Sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada” põe ênfase no sujeito e não na doença. Embora a concepção de Campos seja marcada pela visão fenomenológica do sujeito, Pacelli a traduz para uma concepção psicanalítica.

Entender os serviços ambulatoriais da universidade como prática ampliada da psicanálise pode ser uma saída para se atingir uma clínica comprometida com questões sociais, tendo a universidade um importante lugar nessa tarefa. A demanda social crescente de atuação no campo da clínica psicanalítica em instituições é uma motivação a mais para colocar em ação essa perspectiva. O que já tem sido feito por autores como Pacelli (2011).

Elia (2000), acompanhando essa ideia, acredita na possibilidade de fazer psicanálise em qualquer estrato social e em qualquer ambiente institucional, desde que haja analista, de um lado, e sujeito dividido, de outro. No caso do serviço-escola, a questão parece mais delicada, pois ao invés de analistas, o que se tem são estudantes.

Ressaltamos que as reflexões encontram eco na preocupação de Balbi (2003) quanto ao risco de que o psicanalista, ao estar na universidade, transforme sua prática em uma técnica. Em outra via, há a possibilidade de escapar disso, na medida em que o supervisor analista, possa se colocar em uma determinada posição que não obture o saber gerado em cada experiência, estando em suas mãos a condução, que não aponte para um saber fazer, próprio das técnicas.

Nicolau (2011) auxilia nessa discussão quando diz que a presença de analistas na supervisão tem se constituído como importante meio de divulgação e transmissão da prática analítica. Com a autora, é possível perceber que as diferenças entre a graduação do psicólogo e a especificidade da formação analítica tem se mostrado clara aos alunos, que se lançam, no decorrer do seu percurso acadêmico, em busca de análise, e chegam ao estágio submetidos a esse princípio ético.

Seguindo esse caminho, fica mais evidente que cabe ao supervisor transmitir sua experiência que resultou de uma trajetória singular. Cabe a ele, ainda, se desvencilhar da atribuição de um saber absoluto, colocando-se de modo a que conte, no trabalho, com os equívocos, tropeços, mal-entendidos, testemunhos do saber advindo de Outro lugar, o inconsciente. Como afirma Penna (2003), a existência de clínicas ambulatoriais na

Universidade é uma via para que se opere de forma diferente com o saber, incluindo em sua estrutura, a falta.

Seguindo Penna (2003) é o supervisor, que é analista, aquele que pode fazer com que a experiência dos estudantes inclua a incompletude do saber, permitindo que a transferência posicione o sujeito no lugar de trabalho. No caso dos estudantes em relação ao supervisor: que não estará no lugar de domínio sobre o saber-fazer de uma técnica. E no caso dos pacientes em relação ao condutor do tratamento, os estagiários: que possam se posicionar de forma a situar o saber do lado do paciente, um saber não sabido e que se produz na relação transferencial.

Por fim, podemos pensar que o alcance de nossa proposta reside em tomar a transferência como o motor da clínica psicanalítica, e o seu manejo na supervisão o indicativo de como a psicanálise em intensão pode ter seu dispositivo mantido no serviço-escola, apesar de seu contexto institucional ser diferente, tanto do consultório particular quanto de uma instituição analítica.

Referências

- Araújo, E. M. (2009). *Transmissão da Psicanálise: A Formulação de um Saber mediante o dispositivo do ensinante de Lacan*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará.
- Balbi, L. (2003). Sobre o ensino da psicanálise. *A análise é leiga: Da formação do psicanalista*, 22(32), 145-149. (Publicação da Escola Letra Freudiana).
- Campos, G.W.S. (2003). A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. In Campos G. W. S. *Saúde Paideia*. (pp.51-67). São Paulo: Hucitec.
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In S. Alberti, & L. Elia (Orgs.), *Clínica e pesquisa em psicanálise*. (pp.19-35). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

- Escars, C. (2006). O leitor suposto. Elementos para pensar a transmissão da psicanálise na universidade. In A. C. Lo Bianco (Org.), *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. (pp.9-18). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Freud, S. (2017a). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 93-106). São Paulo: Autêntica. (Originalmente publicado em 1912).
- Freud, S. (2017b). Sobre a dinâmica da transferência. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 107-120). São Paulo: Autêntica. (Originalmente publicado em 1912).
- Freud, S. (2017c). Lembrar, repetir e perlaborar. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 151-164). São Paulo: Autêntica. (Originalmente publicado em 1914).
- Freud, S.(2017d). A questão da análise leiga: conversas com uma pessoa imparcial. In Freud, S. *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 205-313). São Paulo: Autêntica. (Originalmente publicado em 1926).
- Freud, S.(1996). Sobre o ensino da psicanálise na universidade. In Freud, S. *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.XVII. (Originalmente publicado em 1919).
- Lacan, J. (1998). *O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1964).
- Lacan, J. (2003). Proposição de 09 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: _____ *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1967).

- Lo Bianco, A. C. (2006). *Psicanálise e universidade: a questão da filiação do analista*. In A. C. Lo Bianco (Org.), *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. (pp.21-28). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Nicolau, R. F. (2011). A inserção da psicanálise nos cursos de psicologia. In H. Caldas, & S. Altoé. (Orgs.), *Psicanálise, universidade e sociedade* (pp.207-223). Rio de Janeiro: Cia de Freud; PGPSA/IP/UERJ.
- Pacelli, A. (2011). Universidade: práxis ampliada da psicanálise. In H. Caldas, & S. Altoé. (Orgs.), *Psicanálise, Universidade e Sociedade* (pp.167-174). Rio de Janeiro: Cia de Freud; PGPSA/IP/UERJ.
- Penna, L. M. D. M. (2003). *Psicanálise e Universidade: há transmissão sem clínica*. Belo Horizonte: Autêntica; FUMEC.
- Vidal, M. C. V, & Tigre, A. B. P. B. (2003). A psicanálise não se transmite como qualquer outro saber. *A análise é leiga: Da formação do psicanalista*, ano 22(32), pp139-143. (Publicação da Escola Letra Freudiana).